

Ato 11
2001

Relações de Género e Gestão Comunitária das Fontes de Água

O caso do distrito de Marracuene, 1992-1999



Projecto de investigação apresentado em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane

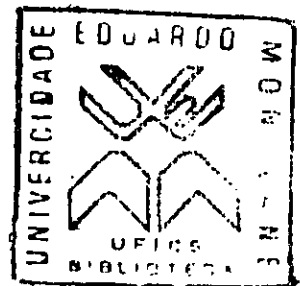
Por

Angelina de Natividade Balate

Universidade Eduardo Mondlane

Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais

Maputo, Abril de 2001



UE.M. - UFICS
R. E. 4615
N.º 20/07/05
AQUISIÇÃO <i>oferta</i>
COTA ATO-11

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

UFICS

Relações de Género e Gestão Comunitária das fontes de Água
O caso da vila de Marracuene, 1992-1999

Projecto de Investigação em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau
de Licenciatura em Antropologia

Angelina de Natividade Balate

Maputo, Abril de 2001

DECLARAÇÃO

Declaro que este Projecto de Investigação nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

AGRADECIMENTOS

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao Programa Mulher, ao Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, à Cooperação Italiana que deram o apoio financeiro para a realização deste trabalho. Agradecimentos muito especiais vão à Dra. Maria José Arthur e ao Prof. Dr. Rafael da Conceição, pela orientação metodológica e científica que imprimiram a este trabalho.

Em particular, agradeço à minha família pelo conforto e apoio dados durante os cinco anos da universidade. Ao meu pai pela paciência e pelo apoio dado na revisão e correcção tipográfica e ortográfica.

O meu profundo agradecimento ao Dr. Inácio Chilengue, do Programa Nacional de Água Rural, à Dra. Ana Lúcia da Cooperação Suíça, à Sra. Raquel, do Estaleiro Provincial de Água Rural, à Televisão de Moçambique, pelo apoio em fontes bibliográficas, áudio-visuais e pelo acompanhamento e atenção dispensada na fase da recolha de dados.

Finalmente, quero agradecer a todos aqueles que directa ou indirectamente contribuíram para que se tornasse possível a realização deste trabalho.

Maputo, Abril de 2001

RESUMO

O presente trabalho é um projecto de pesquisa elaborado no âmbito da integração da componente de género nos programas de desenvolvimento comunitário em Moçambique, política adoptada no quadro das recomendações da Conferência de Beijing, que teve lugar em 1995. Neste projecto, pretendemos interrogar sobre o impacto sócio-económico da integração das mulheres na gestão comunitária de fontes de água no distrito de Marracuene.

Realizamos um pré-inquérito em que foram feitas entrevistas individuais a vinte pessoas e outras entrevistas colectivas abrangendo os elementos dos Grupos de Operação e Manutenção, os utilizadores dos fontenários, pessoas ligadas ao Programa Nacional de Água Rural (PRONAR) e Estaleiro Provincial de Água Rural (EPAR), bem como estruturas do bairro. As entrevistas eram abertas de modo a permitir maior liberdade de resposta por parte dos entrevistados.

Algumas conclusões preliminares indicam que o trabalho de gestão e manutenção de fontes de abastecimento de água no distrito de Marracuene, longe de melhorar a situação das mulheres, tornou-se num meio de reforçar a dominação dos homens sobre as mulheres pois, apesar de se ter constatado que as mulheres é que estão mais envolvidas na tarefa de abastecimento de água para as suas famílias, o sistema está a ser controlado por homens. Esta situação entra em contradição com os planos do Governo para o sector e com os objectivos do programa.

De acordo com o quadro teórico da problemática e em face das entrevistas realizadas, uma das hipóteses deste trabalho é que em vez de prestigiar e de melhorar a situação económica e o estatuto das mulheres, o seu envolvimento na manutenção e gestão das fontes de água constitui mais um encargo, visto que, para além de cuidar da fonte, elas ainda têm as suas tarefas domésticas, tratando-se neste caso, de mais um acréscimo das horas de trabalho, sem que, contudo, se aumente o valor social e

económico das mulheres. Com a integração de mulheres na gestão e manutenção de fontes de água, o Governo tinha por objectivo aumentar o seu poder económico, político e social. Porém, com o trabalho no terreno constatámos que a situação das mulheres envolvidas na manutenção de fontenários no distrito de Marracuene está longe do que eram as expectativas do Governo.

SUMÁRIO	Pág.
Agradecimentos	i
Resumo	ii
Sumário	iv
INTRODUÇÃO	
1.Considerações iniciais	1
2.Objectivos do trabalho	3
3. Características da zona de estudo	3
4. O Pré- inquérito	5
I PARTE	
1.Género, sexo e relações de género como instrumentos de análise	8
2. A divisão do trabalho com base no género	14
3. Género e desenvolvimento em Moçambique, teorias e práticas	17
II PARTE	
1. O programa de abastecimento de água nas zonas rurais	26
2. O programa de gestão e manutenção de fontes: Igualdade de género ou opressão das mulheres?	29
3. Organização e conflito na gestão de fontes de água	34
III PARTE	
1. Qual é a situação das mulheres gèstoras de fontes de abastecimento de água?	38
2.Hipóteses	40
3.Metodologia	41
4.Observações finais	43
Lista de abreviaturas	45
Bibliografia	46
Anexos	
Anexo 1 Lista dos Entrevistados	
Anexo 2 Fotografias	

INTRODUÇÃO

1. Considerações Iniciais

O presente Projecto de Pesquisa é um trabalho de diploma, com uma investigação preliminar sobre a problemática do envolvimento de mulheres na gestão de projectos de desenvolvimento comunitário em Moçambique. A preocupação em incorporar as mulheres nos programas de desenvolvimento, faz parte do Plano Quinquenal do Governo e foi introduzida para dar resposta às recomendações pós-Beijing¹. Neste sentido, o Governo elaborou um plano estratégico de desenvolvimento, onde se fez a distribuição de responsabilidades pelas diferentes instituições do Estado. Para o sector de águas, que é o sector em que se enquadra este estudo, estabeleceu-se que os programas deviam "envolver de 10 a 30% de mão-de-obra feminina nos comités de gestão de pequenos sistemas de abastecimento de água"². De acordo com o plano do Governo, pretendia-se com esta medida "ver aumentado o papel económico, político e social das mulheres".

Contudo, segundo Arthur (2000:11), quando foi realizada a Conferência de Beijing em 1995, o governo em Moçambique estava ainda a elaborar os programas quinquenais, 1995-1999 e a componente de género foi incorporada sem que tivessem sido revistos todos os programas. Consequentemente, a preocupação com a diminuição das assimetrias de género não transpareceu na totalidade dos programas.

Em Moçambique, assim como em grande parte dos países africanos, as mulheres constituem mais de metade da população do país³ mas são excluídas dos centros de decisão e do acesso aos recursos sócio-económicos, contando-se entre as camadas mais desfavorecidas nos sectores chave de desenvolvimento. Daí a necessidade de se conceber

¹ MICAS- *Plano de Acção do Governo pós Beijing (1997-2000)*. Este plano foi concebido no âmbito da conferência de Beijing, tendo-se recomendado ao Governo que fosse incorporada a componente de género em todos os sectores-chave de desenvolvimento.

²In: Ministério das Obras Públicas e Habitação - Direcção de Economia: *Programa do Governo pós-Beijing - Plano de Actividades Sectorial*, 1998.

³ Dados do II Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997 indicam que da população total do país registada nesse período, 8.384.940 são mulheres (52%) contra 7.714.306 homens (48%).

políticas de desenvolvimento que sejam sensíveis ao género e que se esforcem por minimizar a discriminação das mulheres.

Durante décadas acreditou-se que as características exibidas pelas mulheres e pelos homens eram naturais e imutáveis, determinadas pela diferença biológica e divinamente decretadas. Estas características incluíam as ideias e os valores do masculino e do feminino (as mulheres são emocionais/ os homens são racionais) e uma série de comportamentos, atitudes e práticas (as mulheres lavam os pratos/ os homens trabalham com as máquinas). Mais tarde, as investigações sociais demonstraram que todas as características foram construídas e moldadas pela sociedade e que não eram predeterminadas ou naturais. São as sociedades que definem certas características como masculinas e femininas, certas actividades como apropriadas para os homens e para as mulheres e certas normas de relacionamento entre homens e mulheres (s/a ; s/d).

Assim, com este projecto pretende-se estudar o impacto sócio-económico do envolvimento de mulheres no Programa de Manutenção e Gestão de fontes de abastecimento de água no distrito de Marracuene, situado a cerca de trinta quilómetros da cidade de Maputo.

O que despertou o meu interesse para a escolha deste tema foi a experiência colhida do sector de estradas, no qual me encontro a trabalhar, onde foi integrada a componente de género na construção e reabilitação de estradas terciárias com uso intensivo de mão-de-obra. Um primeiro balanço indica que esta experiência está a ter resultados positivos, na medida em que beneficia a vida das mulheres que aí se encontram a trabalhar, pelo aumento dos seus rendimentos económicos. É portanto, com base nestes resultados conseguidos pelo sector de estradas, que surgiu a motivação para a escolha deste tema.

O sector de águas e o de estradas fazem parte do mesmo ministério e a integração da componente de género nos dois sectores foi feita no mesmo âmbito, havendo por isso similitudes nos processos.

Delimitamos o nosso estudo ao período compreendido entre 1992 e 1999 pois, apesar do programa de abertura de fontes de água nas zonas rurais se ter iniciado muito antes deste

período, por volta de 1987, foi em 1992 que se começou a notar uma maior mobilização de mulheres para participarem nestes trabalhos.

2. Objectivos do Trabalho

Tomando em conta as expectativas do Governo ao integrar a componente de género nos serviços de abastecimento de água, com esta pesquisa pretendemos analisar em que medida o trabalho das mulheres na manutenção de fontes de abastecimento de água aumentou o seu poder económico, político e social. Considerando que o local de estudo está inserido numa comunidade em que predominam os modelos de dominação masculina, importa saber qual é o comportamento da comunidade (mulheres e homens) perante uma política que tende a mudar a estrutura da divisão do trabalho, dando às mulheres a possibilidade de tomarem decisões importantes para a vida da comunidade. Será que as reacções na comunidade contribuem positivamente para o bom desempenho destas mulheres ou ainda constituem um entrave para o mesmo?

Como objectivo específico, pretendemos compreender como é feita a articulação das tarefas diárias com a “nova” tarefa das mulheres, já que este trabalho exige que estas estejam presentes no local de captação de água durante algum tempo, principalmente nas primeiras horas do dia e ao fim da tarde.

3. Características da Zona de Estudo

De modo a procurar respostas para as nossas questões, realizamos um trabalho de campo na vila de Marracuene, bairro de Mincanhine, durante o mês de Março de 2000 e, numa segunda fase, em Janeiro de 2001. Completamos este trabalho com uma visita à localidade de Matalane em Marracuene. O trabalho foi de curta duração pois o objectivo era o de fazer um primeiro levantamento que nos fornecesse elementos suficientes para um possível estudo mais aprofundado no futuro.

Na realidade, no início pretendia-se realizar o estudo na vila de Boane, nas localidades de Massaca I e II, porém, devido à situação das cheias que afectaram a zona sul do país no

mês de Fevereiro de 2000, originando a interrupção das vias de acesso. Por essa razão, fomos sugerido, pelos responsáveis do Programa Nacional de Água Rural, que procurássemos uma zona de mais fácil acesso.

O distrito de Marracuene é constituído por dois postos administrativos (PA) - Machubo e Marracuene, a sede do distrito - com cinco localidades. A população do distrito é estimada em 41.677 habitantes, sendo 10.295 da zona rural e 31.382 da zona urbana⁴, com uma superfície de 666 Km² (quilómetros quadrados) e a densidade populacional de cerca de 91 h/Km².⁵

A estrutura governamental faz-se representar pelas Direcções Distritais (DD) de Agricultura e Pescas, da Indústria Comércio e Turismo, de Educação, do Plano e Finanças, das Obras Públicas e Habitação e da Saúde. A coordenação da actividade governativa é feita com base em reuniões periódicas do Conselho Executivo e pelo núcleo de planeamento.

De notar a grande importância das autoridades tradicionais na gestão da vida material e simbólica nesta comunidade, corporizadas nos régulos e chefes de terras. Estas estruturas têm autoridade ao nível das comunidades em áreas de interesse comum, como a mediação de conflitos sobre os recursos naturais (terra, água, lenha, etc.).

A agricultura é a base da economia, sendo as culturas mais importantes para o sector familiar o milho, arroz, feijão-nhema e hortícolas. A área total ocupada por este tipo de culturas foi de 7.815 hectares, de acordo com as estimativas da FAO/PMA.⁶ A produção de culturas depende essencialmente da mão-de-obra do agregado familiar, mas algumas famílias contratam trabalhadores sazonais.

O distrito não possui nenhum hospital rural. Dispõe apenas de um centro de saúde localizado na vila de Marracuene. Este centro tem 45 camas, das quais 20 são para a maternidade. O centro funciona como posto fixo de vacinação. Dispõe também de sete

⁴ Dados do II Recenseamento geral da população, 1997.

Fonte: INE

⁵ ACNUR/PNUD. *Perfis de Desenvolvimento Distrital: distrito de Marracuene.*

⁶ idem

postos de saúde, situados em Bobole, Eduardo Mondlane, Jafar, Macaneta, Machubo, Nhongonhane e Ricatla. De entre todos, o posto de saúde de Machubo é o único que possui maternidade. No distrito, a prestação de serviços de saúde é deficitária por causa da falta de transporte.

Existe uma escola secundária, localizada na vila de Marracuene, frequentada por 808 alunos, assistidos por 19 professores. A nível do ensino primário do segundo grau (EP2) existe apenas uma escola situada na localidade de Nhongonhane. A rede do ensino primário do primeiro grau (EP1) é mais vasta, com escolas distribuídas pelas cinco localidades do distrito.

No distrito de Marracuene existem também como infraestruturas sociais, 55 fontes de água melhoradas que estão operacionais todo o ano. No posto administrativo de Marracuene localizam-se 26 furos de água, abertos e equipados com bombas *Afridev* pelo Programa Nacional de Água Rural (PRONAR), com o financiamento da ONG Italiana ACAV, que também se responsabiliza pela assistência técnica. O posto administrativo de Machubo conta com 29 poços, construídos e equipados pela ONG nacional KULIMA.

4. O pré-inquérito

Para a realização do pré-inquérito, foram entrevistados no bairro de Mincanhine, 5 membros do Grupo de Operação e Manutenção (GOM) responsáveis pelas três fontes existentes no bairro, o Secretário do bairro e 15 utentes. Realizou-se também uma entrevista colectiva a um grupo com cerca de 15 pessoas, onde estavam mulheres e crianças, igualmente utentes das fontes. Não foi possível encontrar todas as pessoas inicialmente previstas, como é o caso dos membros do Comité da Água que não existe, mas cuja existência havia sido mencionada pelo PRONAR.

Ao nível do bairro, os guiões de entrevista centravam-se em torno do papel das mulheres na família, na comunidade e no programa de gestão e manutenção de fontes de água e na divisão sexual do trabalho. Interessou-nos também saber como é que era feita a selecção das pessoas que formam o Grupo de Manutenção e como é que este grupo se organiza para

a realização das suas tarefas. Procuramos também conhecer que tipo de benefícios estes grupos tinham, particularmente as mulheres que nele participam, uma vez que o programa visa o melhoramento das condições das mulheres.

O facto de termos chegado numa viatura do PRONAR, causou nas pessoas a impressão de que se tratava de uma equipa de supervisão e apoio aos grupos de manutenção, pelo criaram expectativas de que veriam os seus problemas resolvidos.

Para além destes informadores, entrevistamos também os responsáveis ligados ao Programa Nacional de Água Rural, junto de quem se procurou conhecer mais sobre as políticas de concepção do projecto e as dificuldades práticas e de execução. Sobre este último aspecto, foi importante o trabalho que realizamos com as animadoras do programa, ligadas ao Estaleiro Provincial de Água Rural.

Paralelamente, fizemos também um estudo prévio dos documentos oficiais produzidos no âmbito dos programas de manutenção de fontes de água e saneamento, com a integração da componente género e o seu impacto nas comunidades. Consultamos igualmente os documentos da Conferência de Beijing, nomeadamente a Plataforma de Beijing, relativos à necessidade de eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, e que serviram de base para a concepção de políticas de género no país, sobretudo neste sector. Fizemos a revisão da literatura referente às teorias sobre o género e sexo e também sobre a divisão do trabalho, conceitos úteis para a compreensão da problemática em estudo.

O presente trabalho está organizado em três grandes partes: a primeira incide na revisão da literatura sobre as relações de género, indicando as diferentes abordagens existentes e os contextos sociais, culturais e económicos em que o programa de manutenção de fontes de água está a ser desenvolvido. Faz-se também referência à importância da componente de género e às consequências da sua não consideração nos programas de desenvolvimento. Abordamos também o género, sexo e relações de género como categoria de análise, assim como a divisão do trabalho, para percebermos alguns conceitos operatórios. Na segunda parte do trabalho falamos do âmbito do surgimento do programa de gestão de fontes de abastecimento de água com a participação de mulheres, bem como os conflitos que daí

surgem. Na terceira parte, é tratada a problemática, onde falamos da situação das mulheres gestoras das fontes de água, das hipóteses de trabalho, a metodologia e algumas observações breves.

I parte

A inclusão da componente de género em programas de desenvolvimento deve ser pensada não só a partir das políticas imediatas que serviram de base à sua justificação, mas também em termos dos pressupostos que lhes estão subjacentes. É necessário pois analisar os contextos em que essas políticas são implementadas, ao mesmo tempo que se procura desconstruir as categorias analíticas que servem de guia para a acção, mesmo que não sejam imediatamente perceptíveis.

Começamos assim por discutir os conceitos de **género** e de **sexo**, importantes instrumentos analíticos para o nosso trabalho, para posteriormente analisarmos os processos pelos quais se constrói e se reproduz a divisão do trabalho segundo o género, pois achamos que é daqui que parte a diferenciação entre homens e mulheres, colocando estas últimas numa posição desfavorável. Em seguida, debatemos as políticas de género e de desenvolvimento do ponto de vista teórico, mas também tendo em conta o contexto das relações de género em Moçambique, com base na revisão da literatura produzida sobre o assunto. Recorremos, igualmente, a trabalhos que tratam da mesma temática em outros países africanos.

1. Género, Sexo e Relações de Género como Instrumentos de Análise

Dos vários estudos levados a cabo à volta da problemática da discriminação das mulheres, destacam-se os estudos feministas. Estes tinham o mesmo objectivo: o de transformar as relações de género opressivas para as mulheres, embora com perspectivas diferentes na análise da origem dessa opressão, (como, p.e., o feminismo liberal, o feminismo radical e o feminismo marxista). As feministas usam o “género” como uma variável analítica e definem-no como um conceito relacional que denota a maneira pela qual homens e mulheres são diferenciados e ordenados num dado contexto sócio-cultural.

Contudo, o facto de haver diversas correntes feministas a tratarem da mesma matéria mostra que não existe um consenso entre as diferentes correntes, tal como indica Mannathoko:

"Feminists question and challenge the origins of oppressive gender relations and attempt to develop a variety of strategies that might change these relations for better..."

Even though feminists share the same ideas in terms of what gender oppression might mean, they differ widely in terms of analysing its origin and what constitutes women's liberation" (In Meena, 1992: 71).

As feministas diferenciaram o género do "sexo", uma característica biológica, com a qual se nasce (homem ou mulher). Para esta corrente, não se pode tratar das mulheres como um conceito ou uma categoria, pois isto dá uma falsa homogeneidade, na medida em que os padrões de comportamento relacionados com direitos, deveres, obrigações e *status* atribuídos a mulheres e homens na sociedade (papéis de género) são culturalmente determinados e variam mesmo dentro da mesma sociedade (In Meena, 1992: 72).

Apesar do esforço do movimento feminista para a eliminação da discriminação das mulheres, Joan Scott (1989:10) critica os estudos feministas que diz produzirem um carácter fixo e permanente da oposição binária homem/mulher e fala da necessidade de se rejeitar esse pressuposto, defendendo que se precisa de uma historização e de uma desconstrução autênticas dos termos da diferença sexual. Faz referência a Jacques Derrida (definição de desconstrução) que preconiza a necessidade de analisar no seu contexto a maneira como opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando a sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como óbvia ou como estando na natureza das coisas.

De acordo com Scott, a história do pensamento feminista é uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino; nos seus contextos específicos, é uma tentativa de reverter ou deslocar os seus funcionamentos. Portanto, é à volta desta questão da heterogeneidade do género que importa discutir o problema, pois sob o ponto de vista antropológico há aspectos da organização social sobre o sexo e sobre a vida quotidiana que podem ter uma solução bastante variada dentro de cada cultura. É preciso desnaturalizar os papéis alocados aos homens e mulheres (Heilborn: 1990:30).



Existem, contudo, diferentes definições para o mesmo conceito, de acordo com as orientações de cada autor.

Para Imam (1997:2), o **sexo** possui uma conotação fisiológica uma vez que se associa à biologia, hormonas, cromossomas, etc.; o **género** está conotado com construções sociais e históricas dos papéis masculinos e femininos, com comportamentos, atributos, ideologias, etc., os quais também se referem a uma certa conotação de sexo biologicamente falando. Os papéis de género são por vezes assumidos como tendo sido estabelecidos pelo sexo biológico.

Kloeck-Jenson & Waterhouse (1998:22), aliam as diferenças sexuais às culturais. Para estes autores, as diferenças sexuais são iguais em todo o mundo, mas ser homem ou mulher é muito diferente em culturas diferentes. Para distinguir estas diferentes variáveis das biológicas usa-se a palavra **género**. O **Sexo** diferencia-se do género por ser um dado da biologia humana.

Para Heilborn (1990:26), o termo **género** emprega-se para designar as distinções entre os atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos, sendo com base nesta diferença que se constrói um edifício de atitudes, preconceitos, comportamentos e actividades de natureza social.

De acordo com Joan Scott, (1989) o conceito do **género** parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no carácter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, rejeitando o determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". Contudo, Scott critica a história do pensamento feminista por considerá-la uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre o masculino e o feminino e defende que o conceito de género é variável. Embora este varie de acordo com o contexto sócio-cultural e histórico que o determinam, é definido de um modo geral como "uma forma primeira de significar as relações de poder, é um campo primeiro no seio do qual o poder é articulado".

Como vemos, não existe uma definição única e consensual do conceito de género e para este trabalho escolhemos apenas alguns autores o que não significa que estes sejam mais importantes do que os outros, pois o tema não é esgotável, num trabalho desta natureza. Apesar da divergência na definição do conceito, nota-se a existência de pontos comuns no que se refere às diferenças entre os sexos opostos e ao uso da cultura para a explicação das diferenças.

A partir destes pressupostos, as **relações de género**, segundo Moore (1999:27), permitem a análise da subordinação das mulheres. Há uma necessidade de reconhecer que as relações de género estão encastradas em fenómenos sociais e em construções teóricas. Por outras palavras, mesmo em temáticas onde o conceito de género poderia ser visto à superfície aparentemente como irrelevante (como por exemplo para a teoria da microeconomia), a análise de género é muito pertinente (Imam, 1997:3).

As relações de género incluem também as categorias de relações das mulheres face a determinados fenómenos sociais (como para o caso de Estado, da divisão do trabalho, sistemas educativos, relações económicas, sistemas políticos e outros), bem como as diferentes relações de grupos de homens face a estes fenómenos. Como muitas outras formas de relacionamento, as relações de género estão estruturadas em termos de ideologias e crenças, práticas, acessos à posse de propriedade e outros recursos, códigos legais, etc.

Assim, as relações de género são definidas como sendo relações sociais entre homens como um sexo e mulheres como um sexo, que criam e reproduzem diferenças sistemáticas no posicionamento de homens e mulheres. Estas, são tanto relações de ligação mútua como separação e competição, de diferença e desigualdade. Tratam da forma como o poder está dividido entre os sexos, a maneira como a responsabilidade e as reivindicações estão distribuídas e a forma como é atribuído valor a cada um.

As relações de género podem ser observadas a vários níveis: entre pessoas da mesma idade, de diferentes grupos etários, entre pessoas da mesma classe social, mesmo *status*, ou mesmo grupo de rendimento, mesma cultura, etc.

De acordo com Mbilinye, (1996:1-6) a menor unidade social que dá significado às interpretações sociológicas e antropológicas do género é a família. Esta é composta por membros de ambos os sexos e diferentes faixas etárias: crianças, jovens e velhos.

A autora acima citada diz que é neste grupo que vamos encontrar a primeira divisão dos seus membros, para a realização das tarefas a nível doméstico. Aqui, podem-se descobrir as relações de género, observando o relacionamento entre os membros do agregado familiar e o tipo de tarefas que cada um desempenha.

Contudo, as relações de género não se manifestam da mesma maneira em todas as sociedades. Como referem Kloeck-Jenson & Waterhouse (1998:22), estas são específicas a um contexto - elas variam ao longo do tempo e entre grupos diferentes de pessoas. Variam de acordo com outras relações sociais tais como: classe, raça, etnia, etc.

Ao nível da África Austral, três perspectivas diferentes do feminismo tiveram impacto no estudo do género na região e foram tratadas por Changu Mannathoko⁷, nomeadamente: o feminismo liberal; o feminismo radical e o feminismo marxista. Para a autora, todas estas teorias do feminismo têm um ponto em comum, que é o reconhecimento da existência da opressão que orientam as relações injustas e discriminatórias de género. No entanto, mesmo que as feministas partilhem as mesmas idéias em termos do significado da opressão do género, elas diferenciam-se em termos de análise da sua origem e sobre o que constitui a libertação das mulheres.

Assim, o **Feminismo Marxista** procura uma explicação “material” para as relações de género, o que limitou ou pelo menos atrasou o desenvolvimento de novas direcções de análise⁸. Os seus debates eram caracterizados pela rejeição do essencialismo daqueles que defendem que “as exigências da reprodução biológica” determinavam a divisão sexual do

⁷ Mannathoko, Changu escreveu o artigo intitulado *Feminist Theories and the study of Gender Issues in Southern Africa*. In: *Gender in Southern Africa, Conceptual and Theoretical Issues*, Ruth Meena, onde faz o estudo de caso do Botswana, analisando alguns assuntos políticos e sócio-económicos do país, de modo a ilustrar como as teorias feministas são aplicadas. Mostra ainda como o feminismo no Botswana tem muita força na análise das relações de género.

trabalho pelo capitalismo, o reconhecimento que os sistemas económicos não determinam de forma directa as relações de género e que de facto a subordinação das mulheres é anterior ao capitalismo.

O Feminismo Liberal questiona a dependência das mulheres em relação aos homens, suas capacidades e seus direitos. Lutam pela igualdade de oportunidades de participação na administração da vida das sociedades. O feminismo liberal preocupa-se com a libertação das mulheres através de reformas legais e do incremento da sua participação nos órgãos políticos e lutam por uma maior participação das mulheres na educação e na capacitação (Mannathoko, in Meena, 1992: 72-73).

O Feminismo Radical por seu lado situa a opressão das mulheres na instituição social do género. No geral, sustentam que a situação de inferioridade das mulheres resultou do facto destas terem saído vencidas da longa luta pelo poder que travaram contra os homens e portanto, lutam por transformações radicais das relações opressivas de género e procuram o "empoderamento" das mulheres, através da quantidade e qualidade de educação oferecida às mulheres, tendo chegado até a exigir mudanças curriculares na África Austral (Mannathoko, in Meena, 1992:75).

A abordagem simbólica da sociedade defende que a categoria de género possui significados diferentes em cada cultura. Assim, a posição que a mulher ocupa nas diferentes culturas vai assinalar a sua condição de maior ou menor exclusão da esfera pública ou política das sociedades.

Henrietta Moore (1999), questiona a perspectiva teórica de pesquisadores do género, apontando os preconceitos masculinos (*male bias*) na origem da discriminação das mulheres. Este "bias" tem a ver com as informações sobre as mulheres que eram fornecidas pelos etnógrafos que as distorciam pelo facto destes serem do sexo masculino. Ela sustenta que os preconceitos masculinos se concretizam em três aspectos: 1) o preconceito masculino é levado ao trabalho de campo pelos pesquisadores, dirigindo-se aos

⁸ SCOTT, Joan. *Género: uma categoria útil para análise histórica*, Columbia University Press, New York, 1989, p (2-13).

homens que são vistos como os melhores informadores; 2) a mulher é considerada subordinada ao homem em muitas sociedades; 3) os pesquisadores têm a tendência de assumir assimetrias de ser analógico para com a sua experiência cultural.

Ardener, citado por Moore (1999:16), por seu lado faz uma crítica em relação a este aspecto, defendendo que o androcentrismo não existe unicamente porque a maioria dos etnógrafos e informantes seja do sexo masculino mas porque os antropólogos e antropólogas se baseiam em modelos masculinos de sua própria cultura para explicar os modelos masculinos presentes noutras culturas, o que resulta no surgimento duma série de afinidades entre os modelos dos etnógrafos e do seu objecto de estudo.

Heilborn (1990:24), coloca a questão de como se poderá contrariar estas diferenças se elas são produto da cultura, a qual vai fazer com que nós nos comportemos como indivíduos do sexo masculino ou do feminino. Serve-se de um estudo feito por Dumont (1992), sobre os contornos e os efeitos que o individualismo impõem sobre o tecido social. Para este autor, a oposição individualismo/holismo constitui o vector de articulação da relação todo e parte, enquanto condição da organização social.

Baseados nessa premissa, como é que se pode alterar a estrutura tradicional da divisão do trabalho da comunidade em estudo, que implique uma mudança no estatuto das mulheres, partindo do princípio de que se trata de uma sociedade marcada de fortes valores culturais e existe nesta uma interiorização destes valores, que vão orientar todas as relações sociais e o modo de vida das pessoas?

2. Divisão do Trabalho com base no Género

Um aspecto que é sempre focado quando se analisam as desigualdades entre os sexos nas sociedades contemporâneas é a sua posição no mercado do trabalho.

A divisão sexual do trabalho e a organização das relações de género no seio da família constituem aspectos importantes para as ciências sociais, tendo sido tratados por várias

correntes; marxistas, feministas, neo-clássicos, e procedentes de várias disciplinas: Antropologia, Sociologia, História e Economia.

Grande parte destes trabalhos centram-se à volta de um conjunto de pontos-chave: “o que é a divisão sexual do trabalho?”; “que relação existe entre a divisão sexual do trabalho e a condição da mulher na sociedade?”; “que relação existe entre o sistema de género vigente no lar e a incorporação da mulher no mundo do trabalho assalariado?”; “de que maneira está relacionado o trabalho não remunerado desempenhado pela mulher no lar com a perpetuação da força laboral capitalista?” (Moore, 1999:59).

Em Antropologia, estas questões têm-se formulado tradicionalmente sobre a base da interacção entre a divisão sexual do trabalho em mudança, a organização das relações de matrimónio e de parentesco e as mudanças observadas no lar. A contínua evolução da “família” tem sido um tema central dos debates antropológicos dada a influência das relações “familiares” no acesso da mulher ao trabalho e a outros recursos e ao papel central que desempenha como detentora e suporte das ideologias sobre o género (Idem, 1999:60)

De acordo com Kloeck-Jenson e Waterhouse (1998:23), em muitas sociedades são atribuídas tarefas, actividades e responsabilidades diferenciadas a homens e mulheres, as quais são valorizadas de modo desigual.

Nas sociedades africanas, a divisão do trabalho é geralmente baseada no sexo e na idade (Omari,1996:85-86). Omari considera que, enquanto que a divisão do trabalho com base na idade tem tendência a atenuar-se, a divisão baseada no sexo continuou forte em muitas sociedades.

Em relação a este aspecto, Omari (1996:23) advoga que não se pode recusar uma posição seja qual for à mulher, simplesmente pelo facto desta ser mulher, muito menos se deve atribuir à mulher determinadas posições com base na sua condição sexual. Quando se indicam mulheres para ocupar determinadas posições ou processos de tomada de decisões deve ser apenas na base do mérito próprio, e não para agradar quem quer que seja. O

homem assim como a mulher têm direito de se desenvolver, de ter o mesmo acesso e disponibilidade aos recursos e participação na tomada de decisões. A autora insiste que este aspecto deve ser seriamente considerado nos estudos de gênero.

Representando os estudos marxistas, Engels⁹, no seu estudo intitulado "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", refere que em todas as sociedades existia uma divisão de trabalho baseada no sexo e na idade, e considerava esta divisão como natural. Porém, Engels diz ainda que esta divisão não implicava necessariamente desigualdade entre os sexos ou opressão sexual, as quais teriam tido a sua origem histórica com o aparecimento da propriedade sobre os meios de produção e das classes sociais. O autor faz referência às sociedades primitivas onde o parentesco e os bens são transmitidos por linha materna. Porém, esta descendência matrilinear não implicava um poder feminino, as mulheres eram apenas o foco central de transmissão dos bens.

Assim, a divisão sexual do trabalho é uma das formas de organização de cada sociedade, podendo mudar, de acordo com a cultura e os valores de cada sociedade.

Autores feministas mais recentes, sem deixar de reconhecer a importância da contribuição de Engels para os debates sobre a "questão da mulher", fizeram algumas críticas dignas de consideração. Rosalind Coward, por exemplo, afirma que a tese de Engels está impregnada de alguns preconceitos essencialistas. Em primeiro lugar, assinala que este dá por suposta uma divisão "natural" do trabalho onde os homens se dedicam aos trabalhos produtivos e as mulheres aos trabalhos domésticos. Esta divisão "natural" de trabalho parece basear-se essencialmente em tendências observáveis (Moore, 1999 : 65).

Moore, cita também o trabalho de Lise Vogel (1983) que pronuncia algumas críticas similares. Porém, a sua principal preocupação refere-se ao que denomina de "perspectiva dos sistemas dualistas." Segundo Vogel este dualismo é uma característica da teoria socialista-feminista e as suas origens remontam a Engels (Vogel, 1983: 29-37).

⁹ Edição de 1974 citada por Maria Luiza Heilborn, na obra *Gênero e Condição Feminina: uma abordagem antropológica*. In: Mulher e Políticas Públicas. IBAUM/UNICEF. Programa Promoção da Mulher.

Vogel critica a tendência de separar a reprodução das demais relações produtivas e de circunscrever estes dois grupos de relações a campos distintos. Observa para além disso que, segundo Engels, as origens da opressão da mulher resultam de uma divisão "natural" do trabalho baseado em considerações de sexo, que por sua vez determinam a forma da família como uma categoria analítica mas sem explicar como funciona a família dentro do processo global da reprodução social (Moore, 1999:67).

Por outro lado, Ferreira (1995:332) diz que as taxas de actividade realizadas pelas mulheres são inferiores às masculinas (o que revela um maior afastamento do mercado de trabalho por parte das mulheres adultas, cujo peso quantitativo, vai para a categoria das "domésticas"); o autor diz ainda que o desemprego é mais frequente nas mulheres; o seu grau de qualificação é menos elevado; estão menos representadas em posições de chefia; auferem salários menos elevados (mesmo em trabalhos equivalentes) e estão concentradas em algumas profissões e ramos de actividades específicos, caracterizados ou pela sua fragilidade económica (baixos salários ou qualificações) ou por uma "identidade feminina" que lhes é atribuída como por exemplo: educadora de infância, enfermeira, empregada doméstica, entre outras.

Marilee Karl (1996:4) faz referência ao facto de as mulheres terem muito menos oportunidades de emprego que os homens e ocupam as posições que são menos remuneradas e menos prestigiosas. Elas ganham muito menos que os homens. Elas ocupam apenas uma pequena proporção de postos de gestão e encontram-se raramente na liderança de sindicatos, o que pode explicar, pelo menos em parte, a fraca posição das mulheres em relação a alguns direitos como a segurança de emprego e a prestação de serviços sociais.

3. Género e desenvolvimento em Moçambique, teorias e práticas

Após a proclamação da independência nacional, as Constituições da República de 1975 e de 1990 estabeleceram a igualdade de direitos para homens e mulheres. De acordo com os artigos 66 e 67 da Constituição de 1990, é assegurada a igualdade de oportunidades no acesso à educação, saúde, emprego, entre outros direitos, que constituem as bases do desenvolvimento. Porém, apesar de mulheres e homens gozarem dos mesmos direitos

perante a lei, a realidade está muito longe deste ideal. As actividades das mulheres na esfera doméstica não diminuíram. A sua situação continuou sendo influenciada pelos modelos de dominação masculina. Por outro lado, factores como o conflito armado e recentemente as calamidades naturais que desestabilizaram o país, mudando a sua estrutura económica e social, marcaram uma mudança no modo de vida e no papel das mulheres.

Para ilustrar melhor os contextos sociais, culturais e económicos em que o programa de gestão de fontes de água com a participação de mulheres está a ser desenvolvido, pensamos ser importante debater brevemente as relações de género em Moçambique. Evidentemente, uma discussão deste tipo é necessariamente geral, dada a multiplicidade social presente no país: vários padrões de organização familiar, religiosa, económica, etc.

Casimiro, Loforte e Pessoa (1991, citadas por Vijfhuizen, 1999: 6), que escreveram sobre a situação das mulheres em Moçambique, constataram que as políticas governamentais podem marginalizar as mulheres e por isso mesmo as componentes do género devem ser incorporadas nos projectos e nas políticas.

Young (1977, citado por Vijfhuizen, 1996:6), que trata da história agrícola das mulheres no sul de Moçambique, mostrou diferentes faces da agricultura "tradicional" e das mulheres. Ela concluiu que a venda de culturas de rendimento lhes dá uma substancial independência. Isto é discutível porque nem sempre as mulheres podem vender os produtos. Na nossa opinião, a autora retira conclusões gerais que não dão conta da diversidade presente nas zonas rurais. Outro aspecto a realçar é que ela parte do princípio que todas as mulheres produzem excedentes para a venda mas sabe-se que a produção de excedentes está condicionada por vários factores tais como o clima, a qualidade da terra, a área de cultivo, entre outros, que podem ou não permitir a produção de excedentes para a venda.

Por outro lado, Signe Arnfred (1998;1990) citada por Carin Vijfhuizen (1999)¹⁰ trabalhou com mulheres no norte de Moçambique, onde estudou o impacto da modernização nos ritos de iniciação femininos. Ela faz uma comparação entre povos matrilineares no norte e

¹⁰ Carin Vijfhuizen é Socióloga em Desenvolvimento Rural e Especialista em Género. É actualmente professora de ensino e pesquisadora nas áreas de organização rural, mudanças sociais e comunicação e está afectada na Universidade Eduardo Mondlane, na Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal.

patrilineares no sul e conclui que a modernização teve menos impacto nos ritos de iniciação feminina no norte do país, que mudaram pouco, enquanto no sul a situação foi diferente devido aos trabalhos assalariados, às igrejas e à escolarização. Deste modo, segundo a autora, a modernização marginalizou as mulheres pelo que estas devem-se organizar de modo a fazer frente a essa marginalização de que foram sujeitas. Somos de opinião que há neste estudo uma generalização da marginalização que as mulheres do sul sofreram com a modernização. Não se faz nenhuma referência de eventuais casos de mulheres que se tenham beneficiado dela.

Outra referência é Pitcher (1996/1998) igualmente citado por Vijfhuizen (1999:6), que estudou detalhadamente a divisão do trabalho com relação ao género, controle de culturas alimentares e culturas de rendimento e fontes de renda em diferentes agregados do sector familiar, no norte de Moçambique. Ela procurou também analisar se as privatizações teriam mudado a divisão do trabalho com relação ao género. A autora concluiu que as mulheres no norte têm um considerável controle no agregado familiar, mas constatou também que quando a terra era adquirida noutra sítio e o tamanho da parcela aumentava, as mulheres tornavam-se menos envolvidas em actividades que geram rendimentos e no controle do processo de venda. Pitcher mostrou que as políticas de desenvolvimento e as empresas tendem a baneficiar o homem .

Loforte (1996:143-144), num trabalho sobre Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique, diz que as relações desigualitárias de género no seio de algumas unidades domésticas, sobretudo em famílias alargadas onde prevalece a matriz tradicional, configuram o acesso limitado das mulheres ao capital e a outros recursos. Estas mesmas relações desempenham um papel chave no processo de produção e manutenção de uma ideologia que reserva às esposas as actividades internas do *muti*¹¹, ligadas à socialização dos indivíduos, sobretudo na primeira infância, e outros tipos de actividades em que assenta a vida material e afectiva da família: o cuidar dos diferentes membros, nomeadamente, crianças e idosos em famílias numerosas; a produção de bens e serviços para consumo do próprio agregado: transporte e armazenamento de lenha e água, a confecção das refeições e a manutenção do asseio da casa.

¹¹ Traduzido para Português, *muti* significa lar.

Loforte (1998), citada por Vijfhuizen (1999:9-10), afirma também acerca das mulheres e o acesso à terra no norte do país onde, apesar destas constituírem a maioria dos produtores e gestores da alimentação familiar, não têm, muitas vezes, um acesso directo e controlo sobre os recursos, incluindo a terra. Esta situação é pior para as mulheres solteiras, viúvas ou divorciadas, pois o acesso a esse recurso é condicionado à sua vinculação aos elementos masculinos - pai, irmão mais velho, tio materno ou marido. A lei costumeira realça a posição do homem em matéria relativa à terra, em detrimento das mulheres, colocando o primeiro na posição de controlador deste recurso.

Ainda neste artigo, Loforte fala das sociedades matrilineares, onde apesar da descendência ser transmitida pelas mulheres aos filhos, nestas sociedades, os bens, incluindo a terra passam necessariamente por elas, porém as funções políticas económicas e sociais, de uma forma geral, são exercidos pelos homens da mesma filiação.

Os estudos acima referidos mostram que as relações de género são diferentes mesmo dentro do mesmo país, por causa da multiplicidade social inicialmente referida. Estes servem de modelos para a compreensão do social contudo, com a vastidão do social, há, naturalmente posições múltiplas. Na nossa opinião, por causa disso, os programas de desenvolvimento comunitário podem ter repercussões diferentes nos diferentes pontos do país. Portanto, pensamos que seria extremamente importante que se tomasse em conta esta diversidade, ao se executarem os programas de desenvolvimento comunitário, de modo a permitir que estes programas beneficiem os grupos alvo.

O conjunto de factores acima referidos pode ter afectado de alguma maneira as relações que se estabeleceram na sociedade, tendo levado as mulheres a desempenharem funções e a assumirem tarefas consideradas tradicionalmente "masculinas". Concordamos com Karl (1996:1), ao afirmar que as mulheres hoje constituem uma importante força impulsionadora da participação das pessoas na vida da sociedade. Apesar de constituírem a maioria dos excluídos da participação na vida pública, estas representam um papel de vanguarda na criação de grupos, organizações e movimentos por todo o mundo, e estão a

tornar-se cada vez mais activas nas suas comunidades, nos governos e na arena internacional

Como diz Gwen (1996), é extremamente importante fazer-se a análise de género na avaliação do impacto da participação feminina para se atingir as metas dos projectos, o bem-estar das mulheres e das comunidades. A autora sustenta esta ideia dizendo que a ignorância da componente género pode conduzir à falência das políticas e programas, como se ilustra a seguir, no sector de águas: *"Gender sensitization (a systematic effort to promote awareness of gender differences and their implications in development) is seen as a crucial factor as projects formalize their position regarding the gender policy within the water sector"*.

A autora adianta ainda que os planos de desenvolvimento futuros devem reconhecer a centralidade do trabalho das mulheres no processo de desenvolvimento e escolha de políticas. Faz referência à política holística que é a favor do foco nas relações entre mulheres e homens e na necessidade de mudar algumas atitudes tradicionais de modo a haver uma equidade entre mulheres e homens.

Existem evidências de países onde há uma preocupação em integrar as mulheres em programas comunitários tal como o exemplo ilustrado por Boydell (1999:9-11) de um programa de abastecimento de água na cidade tanzaniana de Berege onde funcionava com sucesso um programa privado de abastecimento de água, que envolvia toda a comunidade. Este sistema era anteriormente gerido pelo governo, tendo falhado por muitas vezes, até que a população dessa mesma aldeia tomou a responsabilidade de o fazer funcionar.

A iniciativa deu à comunidade o sentido de posse e gerou confiança uns nos outros. Este sistema não havia sido imposto por nenhuma agência externa, foi planeado, implementado e era gerido com sucesso, dentro da comunidade. Estes exemplos são bem ilustrativos da importância do envolvimento de toda a comunidade na planificação e execução de programas que lhes beneficiam. Tal como diz Valá (1998), a participação comunitária é um processo interactivo em que a população toma iniciativas e acções que serão estimuladas pela sua decisão.

Participação comunitária é uma aproximação ao desenvolvimento que envolve os beneficiários na criação de condições para o seu bem estar, como eles mesmos as concebem. Mas se por um lado a participação comunitária é enfatizada, por outro lado, são criticadas as políticas actuais de desenvolvimento comunitário. O artigo de Arthur (2000:5) sobre as políticas de desenvolvimento comunitário e suas implicações nas políticas de género indica que geralmente a abordagem comunitária assenta no mito da comunidade aldeã consensual, ou do colectivismo tradicional e muitas práticas de intervenção repousam neste pressuposto. Porém, de acordo com a autora, a ideologia do consenso esconde múltiplas divisões e antagonismos que estruturam os campesinatos africanos.

Diversas obras fazem referência a programas de desenvolvimento comunitário que não tinham em conta as diferenças e as diferentes necessidades de género os quais tiveram resultados negativos tal como aconteceu em países da África como a Guiné Bissau, Tanzânia e Zimbabwe onde se fizeram programas de construção de fontes de abastecimento de água sem se considerar as necessidades das mulheres para a distribuição de água a nível doméstico. As mulheres não foram consultadas quando se estava a desenhar o projecto, assim como a localização das fontes. Como consequência disso, estas fontes não foram utilizadas porque ninguém sabia onde se localizavam, apesar da forte necessidade de água que havia (Van Wijk, 1985).

Contudo, há também referências de programas de desenvolvimento onde a componente de género é considerada tal como o projecto de água rural e saneamento no Baluquistão, referido por Lagerweij e Vulto¹², que tinha por objectivo facilitar o abastecimento de água potável, usando fontenários, enfatizando o desenvolvimento comunitário baseado no género.

Baluquistão é exemplo de uma cidade onde as mulheres eram fortemente segregadas, era-lhes negado qualquer papel activo no desenvolvimento comunitário. Foram feitos esforços no sentido de alterar esta situação, passando-se então a envolver as mulheres no planeamento, implementação e gestão dos projectos. As mulheres passaram a ser envolvidas na mesma condição que os homens. O programa teve sucesso porque a

introdução da componente género tinha em conta as diferentes atitudes, papéis e responsabilidades de mulheres e homens.

Segundo estes autores, a estratégia utilizada teve aspectos inovadores principalmente porque os materiais de formação e informação passaram todos a ter uma abordagem sensível ao género e, pela primeira vez, num país de forte dominação masculina, as mulheres começaram a ter voz na comunidade.

Estes exemplos são ilustrativos do que acontece quando se dá importância a um grupo de pessoas apenas, principalmente quando se considera que este é superior, mesmo que não seja o principal beneficiário.

Em Moçambique, a desigualdade de género é bem visível principalmente na esfera do trabalho. Nesta, é "normal" as mulheres ocuparem os cargos menos remunerados, tais como os de secretária, educadora de infância, professora, entre outros, que são até chamados "trabalho das mulheres".

Hoje, a luta contra a discriminação das mulheres faz parte das prioridades do Governo, tendo em vista o alcance do desenvolvimento sustentável. Este, só terá resultados positivos com a plena participação de todos (homens e mulheres), na concepção dos planos, tomada de decisões e implementação dos programas.

É com base nesta preocupação que se elaborou um plano constituído por um conjunto de acções, contempladas no Programa Quinquenal do Governo. Este plano envolve os vários Ministérios considerados chaves e integra as áreas prioritárias de desenvolvimento, de interesse para as mulheres, numa dimensão de género (Saúde, Educação, Agricultura e Emprego).

A proposta de Plano de Acção, tomou em consideração as áreas críticas levantadas na IV Conferência de Beijing e destacadas particularmente na reunião sub-regional de Gaborone, que envolveu representantes da África Austral, relativa ao:

¹² Veja-se a revista " *Waterlines Vol. 18 n. 1 Quartely*, July 1999, pp (5-8) " *Implementing a participatory*.

- Persistente e crescente fardo da pobreza sobre a mulher;
- Desigualdades, insuficiências e acesso desigual à educação e formação profissional;
- Desigualdade entre homens e mulheres na partilha do poder e na tomada de decisões a todos os níveis;
- Visão estereotipada sobre as mulheres e desigualdade no seu acesso e participação em todos os sistemas de comunicação, especialmente nos Órgãos de Comunicação Social¹³.

Ainda com a preocupação de eliminar a discriminação contra as mulheres, iniciaram-se alguns programas contendo uma abordagem a partir do ponto de vista das mulheres, na perspectiva de desenvolvimento, a nível de outras instituições. O Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, tem desde 1992 desenvolvido estudos sobre o Género. Há também várias ONGs e associações locais como a OMM, a Associação das Mulheres Empresárias, a Associação das Mulheres de Carreira Jurídica¹⁴, que constituem um exemplo do que se estava a fazer a favor das mulheres.

Nos meados dos anos 80, muitos projectos começaram a tomar medidas especiais no sentido de envolver as mulheres na tomada de decisões e gestão destes serviços (Van Wijk 1985). Silva e Maman (1996:7), referem também que é a partir dos anos 1980 que começa a abordagem de género, como relações sociais entre homens e mulheres; entre mulheres e mulheres nas comunidades, o que permitiu articular todas as tarefas entre os grupos de relações sociais, entre sexos e relações de classe (da Silva e Maman, 1996:7).

A tomada em consideração das mulheres nos programas de desenvolvimento é muito importante pois de acordo com Karl, (1996:1) a) não pode existir verdadeira democracia, verdadeira participação das pessoas na governação e desenvolvimento sem a participação em pé de igualdade entre mulheres e homens em todas as esferas da vida e em todos os níveis de tomada de decisões; b) os objectivos do desenvolvimento nunca serão atingidos sem que as mulheres estejam comprometidas com o processo de desenvolvimento e a configuração dos seus objectivos; c) finalmente porque a participação das mulheres,

gender-based approach in Baluchistan'' para mais informações.

¹³ Mais informações encontram-se no *Plano de Acção do Governo Pós-Beijing- 1997-2000*, de 23 de Outubro de 1996, MICAS

¹⁴ Carrilho, L.; Macuáua, I.; Silva, T. e McEwan M. *Gender and food security in Mozambique*.

marcada pela diferença, está a transformar o mundo em que vivemos, pelas novas prioridades e perspectivas diferentes que traz ao processo político e à organização da sociedade.

Como bem diz Rosiska de Oliveira¹⁵, o projecto da diferença é, antes de mais nada, o reconhecimento de que o universo feminino existe, de que ele é fruto de um corpo de que se fez experiência histórica e social, de um psiquismo que se fez cultura. É essa cultura que, hoje, pela presença das mulheres nos centros de saber e poder, tem pela primeira vez a possibilidade de se declarar como tal e a pretensão de se fazer ouvir e existir no exercício desse mesmo poder.

Moçambique é um dos países que apresenta grandes disparidades nos níveis de desenvolvimento humano. Segundo a tipologia internacional sobre desenvolvimento humano, Moçambique é classificado como um país com "desenvolvimento humano baixo". O IDH de Moçambique é estimado em 0,281, tanto para 1994 como para 1995 (anos para os quais existem dados internacionais). Em meados da década de 90 o nível de desenvolvimento humano era cerca de 3,4 vezes menor que o Canadá, país com maior IDH (0,960) no mundo.

Quando analisada a diferença de desenvolvimento humano ajustada aos sexos em 1995, comparando Moçambique com o resto da África Subsariana e com países menos desenvolvidos, verifica-se um défice significativo tanto na alfabetização como na escolaridade (RNDH,1998:24).

Em síntese, procuramos estabelecer um quadro teórico de análise que nos permita apreender as lógicas de produção e de reprodução das desigualdades de género, ao mesmo tempo que discutimos os pressupostos de género sobre os quais repousam as políticas de desenvolvimento, através da apresentação de algumas situações em Moçambique e em África.

¹⁵ Citação de Isabel Casimiro (Documento: "Mulheres: Marginalizadas e Invisíveis, 1997") do livro *Elogio da Diferença - O Feminino Emergente*:109, de Rosiska Darcy de Oliveira, publicado em 1992.

Em seguida abordaremos as políticas e programas relativos ao abastecimento comunitário de água e procederemos à análise dos resultados preliminares obtidos através do pré-inquérito.

II parte

O abastecimento de água nas zonas rurais constitui uma das prioridades para o desenvolvimento rural em Moçambique e afecta directamente a vida das mulheres, normalmente implicadas e responsabilizadas pelo fornecimento de água para uso doméstico. As preocupações do Governo relativamente a esta questão prendem-se não só com a expansão das fontes de água, mas também com a sua sustentabilidade e manutenção por parte das comunidades, bem como o envolvimento das mulheres, consideradas as maiores beneficiárias.

Assim, nesta II Parte, começaremos por apresentar as políticas e programas do Governo em relação a esta questão, e analisar-se-á a adequação da Política Nacional de Água (PNA) em relação aos objectivos propostos pelo Governo de envolvimento das mulheres na gestão de fontes de abastecimento de água de modo a aumentar a sua posição económica, política e social. Em seguida, com base nos resultados preliminares do nosso pré-inquérito, trataremos da maneira como, em Marracuene, a gestão comunitária das fontes de água implica as mulheres na gestão e controle, e os efeitos de tal política na melhoria das suas condições de vida.

1. O Programa de Abastecimento de Água nas Zonas Rurais

O Governo de Moçambique, partindo da constatação de que a água é um recurso indispensável para o homem e sobretudo nas zonas rurais, onde é escasso, lançou em 1987 um programa destinado especialmente ao abastecimento de água às zonas rurais, o Programa Nacional de Água Rural (PRONAR), com o objectivo de melhorar o abastecimento de água e da saúde das comunidades, fornecendo-lhes água de boa qualidade para o consumo.

Em 1995, o Governo aprovou a sua **Política Nacional de Água (PNA)**. Esta continha uma nova abordagem dos recursos hídricos e assuntos sobre o abastecimento de água e saneamento, tais como o aumento do nível de cobertura dando prioridade às zonas rurais.

Em 1996, o Governo mandou executar um estudo referente às disposições institucionais para prestação de Serviços de Abastecimento de Água Rural e Saneamento, em Moçambique, levado a cabo pela COWATER, uma empresa de consultoria canadiana, com o objectivo de propôr uma estrutura que melhorasse os serviços de água rural e saneamento no país¹⁶. Este estudo teve como objectivo identificar e elaborar recomendações acerca das implicações da PNA, no que diz respeito ao sector de Abastecimento de Água Rural e Saneamento em Moçambique.

A integração das mulheres no programa já havia iniciado em 1987, aquando da criação do Programa Nacional de Água, no Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH) que mais tarde deixa de ser programa, e passa a ser um departamento, designado por Departamento de Água Rural (DAR), que surge no âmbito da implementação do Plano de Transição de Água Rural (PTAR) e veio substituir o PRONAR, que era em simultâneo uma instituição executora e normadora.

O DAR, por seu turno, tinha como funções planificar, promover e coordenar as actividades de abastecimento de água às populações das zonas rurais e investigação de tecnologias apropriadas; promover a criação da capacidade, a nível local, para a execução do programa de água rural; supervisionar os planos provinciais de abastecimento de água rural, apoiando a sua preparação e organização; promover a mobilização de fundos para o financiamento.

No programa do PRONAR a participação das mulheres era apenas ao nível de pequenas tarefas. Elas faziam trabalhos considerados "indirectos"; isto é, prestavam apoio às brigadas de construção, fornecendo-lhes água e alimentos. Ajudavam também na limpeza das áreas onde seriam construídas as fontes. Apesar destas serem as mais afectadas e estarem no centro dos acontecimentos, não tomavam parte nos processos de tomada de decisão e nem eram consultadas sobre o lugar onde queriam que a fonte fosse construída. Isto acontecia porque não era política do programa consultar as populações sobre a necessidade de se ter uma fonte e sobre o lugar onde se queria que fosse montada a bomba, o que veio a acontecer mais tarde, a partir de 1992, com o início da aplicação do princípio

manutenção descentralizada das fontes. Nesta fase inicia-se também a mobilização de mulheres para este trabalho, e o processo de discussão com as comunidades acerca da melhor localização da fonte, cabendo à empresa o papel de inspeccionar a zona para ver se era apropriada¹⁷ e, caso não fosse, informar a população para que esta indicasse uma outra zona mais adequada.

Nesta primeira fase, as mulheres que faziam parte da Organização da Mulher Moçambicana (OMM) eram responsabilizadas por fazer a mobilização, formado-se grupos a nível da comunidade para fazer a educação sanitária e limpeza à volta das fontes.

Por volta de 1992, muda a política do governo relativa à abertura de fontes nos lugares que achasse convenientes, e a decisão de construção de fontes fica condicionada à solicitação feita pela comunidade, através do Posto Administrativo (PA) que, por sua vez, contacta o Departamento de Água e Saneamento (DPS) da Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação (DPOPH), que posteriormente faz um plano anual solicitando financiamento e, finalmente, são estabelecidas as zonas prioritárias para a construção da fonte. Espera-se assim responsabilizar as comunidades por todo o processo desde a abertura das fontes, montagem das bombas e sua manutenção.

Com o início da manutenção descentralizada, a OMM, que era a organização que estava à frente da mobilização das mulheres, viu a necessidade destas passarem a fazer um outro tipo de trabalho, de modo a torná-las capazes de realizar outras tarefas diferentes das anteriores, que eram pouco valorizados, pois eram até chamadas de “trabalho indirecto”, que consistiam na distribuição de água e alimentos para os trabalhadores, como já havia sido referido atrás. É nesta altura que começam a fazer a montagem de bombas manuais *afridev*, bem como a sua manutenção, que passa a ser da responsabilidade da comunidade, a qual também define as modalidades de gestão.

¹⁶ COWATER INTERNATIONAL: *Estudo de disposições institucionais para os serviços de abastecimento de água e saneamento rural em Moçambique* – Relatório Final, Maputo, 1997.

¹⁷ As fontes de abastecimento de água devem estar localizadas longe dos cemitérios, das latrinas, das lixeiras, dos currais, para evitar a contaminação da água.

O projecto de manutenção de fontenárias, executado pela Direcção Nacional de Águas, (DNA) através do Programa Nacional de Água Rural (PRONAR), conta com o apoio de algumas organizações nacionais como a (KULIMA), internacionais como a Cooperação Suíça, a OXFAM-Bélgica, O Banco Mundial, a CIDA-Canadá, a ACAV, uma ONG Italiana, e países como o Reino dos Países Baixos. Os seus objectivos são: apoiar na abertura de fontes de modo a garantir o abastecimento de água potável à população residente nas zonas rurais.

2. O Programa de Gestão e Manutenção de Fontes de água: Igualdade de Género ou Opressão das mulheres?

Ao integrar-se a componente de género no programa de manutenção de fontes de água nas zonas rurais, pretendia-se melhorar a condição das mulheres, envolvendo-as em projectos de desenvolvimento comunitário e garantir a sustentabilidade desse programa.

Assim, no início do programa foram seleccionadas algumas pessoas da comunidade que tomariam conta das fontes, tendo sido capacitadas para o efeito. De acordo com o responsável pela área da Água Rural no DAR, uma vez concluída a tarefa da montagem e entrega da fonte à população, termina também a responsabilidade da empresa, recaindo então sobre a população a responsabilidade pela manutenção.

Teoricamente este trabalho cabe a toda a comunidade pelo que foram criadas várias estruturas que têm por objectivo pôr em prática a sua execução, como ilustra a figura 1.

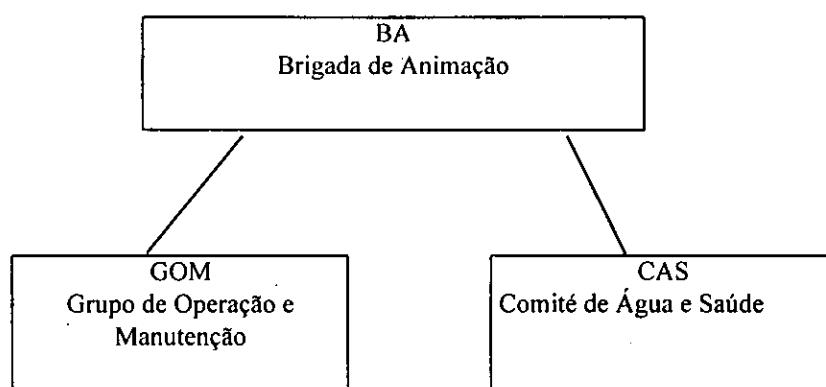


Figura 1

A B.A. é composta por trabalhadores do Estaleiro Provincial de Água Rural (EPAR) e tem as seguintes funções: trabalhar em coordenação com o GOM e com o CAS, devendo posteriormente fazer a supervisão das suas actividades. A actuação de ambos deve contar com o apoio e colaboração dos dirigentes políticos e administrativos da aldeia, tornando-se deste modo num instrumento eficiente na vida da comunidade;

O GOM, grupo de operação e manutenção, é composto por 4 pessoas, sendo dois homens e duas mulheres e tem a função de zelar pela manutenção das fontes. O GOM é também responsável pela colecta de fundos, a nível dos utilizadores, destinado à manutenção da fonte.

O CAS, Comité da Água e Saúde, deve ser composto por 4 ou 6 pessoas, de ambos os sexos dentre elas, professores, membros de organizações locais, como a OMM, OJM e um enfermeiro (caso haja postos de saúde na zona). O CAS tem a função de auxiliar a Brigada de Animação (BA) e dar educação sanitária sobre transporte e armazenamento da água. É sua tarefa, também, fazer a colecta de fundos para a manutenção das fontes (PRONAR, 1991).

Na prática há uma inoperância a todos os níveis: a BA, que devia fazer a supervisão dos trabalhos do GOM e do CAS, não o faz por alegada falta de meios de deslocação ao campo. Ao nível do GOM constata-se uma falta de coordenação com BA, pondo deste modo em causa o sucesso do programa, uma vez que não se estão a cumprir alguns dos princípios estabelecidos, (p.e. a abertura de uma conta para depositar o dinheiro destinado à manutenção da fonte). O CAS não foi criado e não conseguimos obter explicação para o facto deste não existir.

Contudo, o responsável do programa de água rural, considera que a nova política está a encontrar receptividade entre as mulheres, na medida em que estas começaram também a participar nos processos de tomada de decisão. Segundo ele, nas reuniões, deram

contribuições valiosas e mostraram maior interesse no melhoramento das fontes de abastecimento de água, pelo que se tornou política do sector o seu envolvimento¹⁸.

Das entrevistas feitas com algumas mulheres, incluindo as do GOM, constatamos que a situação das mulheres envolvidas na manutenção de fontes no distrito de Marracuene, está longe do que eram as expectativas do governo, ou seja, as de elevar o seu papel político, económico e social. Isto deve-se sobretudo ao facto de que o trabalho de manutenção de fontes de água não é remunerado e portanto estas mulheres não só não podem aumentar os seus rendimentos, como também diminui a sua disponibilidade para outros trabalhos.

Na primeira fase da recolha de dados encontramos apenas mulheres do GOM¹⁹ e estas foram unânimes em considerar que o seu “trabalho”, para além de não trazer nenhum benefício pessoal, se torna frustrante pois não havia cooperação por parte dos utilizadores (que se recusavam a contribuir) e por parte das estruturas do bairro (que não ajudavam a solucionar este problema).

As entrevistas²⁰ realizadas em dois bairros do distrito de Marracuene, nomeadamente, Mincanhine e Matalane, foram feitas com algumas pessoas que se encontravam no local, pois não foi possível encontrar os informantes-chave (as estruturas do bairro e todos os membros do GOM). Contudo, pudemos recolher dados que dão algumas informações sobre a situação das mulheres gestoras de fontes de água em Marracuene.

O facto de termos chegado

Na verdade íamos acompanhadas por duas animadoras do Estaleiro Provincial de Água Rural, cuja tarefa no campo é a de visitar regularmente as zonas onde foram montadas as bombas e fazer a respectiva supervisão. Porém, há muito tempo que esta equipa não se deslocava ao campo por falta de meios de transporte, segundo disse Raquel, uma das animadoras. Deste modo, era natural que as pessoas tivessem muitos problemas a apresentar, o que de certo modo ajudou para esta pesquisa, pois ficamos a conhecer mais a

¹⁸ Informação facultada pelo Dr. Inácio Chilengue, ligado ao programa e afecto ao DAR. Esta constatação deve ser tomada com algumas reservas.

¹⁹ O GOM deve estar constituído por dois homens e duas mulheres, porém, apenas as mulheres se encontravam a trabalhar pois os homens tinham outras ocupações particulares.

²⁰ As entrevistas foram feitas em Changana e posteriormente traduzidas para Português.

fundo os problemas que a população enfrenta, pois esta foi apresentando todo o tipo de problemas sem nenhuma reservas.

Os problemas apresentados estavam relacionados com a falta de coordenação entre as estruturas do bairro e o grupo responsável pela gestão das fontes, a falta de coordenação também por parte da empresa e principalmente a ausência de colaboração por parte dos utilizadores. Estes problemas todos tendem a afectar o espírito do programa pois não se está a verificar o que foi traçado pelo Governo para o sector de águas. Neste distrito não aumentou o valor político, social e económico das mulheres, de acordo com as declarações das entrevistadas.

Cristina Magaia, membro do GOM, no bairro de Mincanhine²¹ - distrito de Marracuene, que se encontrava nesta tarefa desde Dezembro de 1999, disse-nos que apesar do trabalho que fazia para o bem da comunidade, e apesar desse trabalho constituir para si um acréscimo de tarefas, não encontrava a colaboração dos utilizadores: “Há pessoas que não aceitam contribuir mas querem sempre ter água”. Informou ainda que apenas algumas pessoas contribuíam para o funcionamento da fonte.

Do nosso ponto de vista, esta falta de colaboração pode estar associada ao facto de as mulheres não terem o acesso a recursos e não necessariamente por estas não quererem colaborar para o funcionamento da fonte, pois todos se beneficiam da água.

O facto das pessoas não contribuírem suscita outro problema que é a falta de respeito pelas mulheres do GOM, de acordo com a seguinte declaração: “nós que fazemos parte do grupo de manutenção e mais as poucas pessoas que contribuem, ficamos muito chateadas com isso só que não podemos fazer nada. Às vezes nós proibimos essas pessoas de tirar água, e elas mandam as suas crianças porque sabem que não temos coragem para mandá-las voltar, e depois de passar algum tempo elas vêm pessoalmente, porque pensam que nós já nos esquecemos que elas não contribuíram. Mesmo proibindo, acabamos por não conseguir nada, e nós do grupo de manutenção é que sofremos mais com este problema porque ninguém nos paga por este trabalho. Eu tenho muitas coisas a fazer na minha casa, mas

²¹ A tradução directa da palavra Mincanhine é nos canhoeiros, portanto trata-se do bairro dos Canhoeiros.

deixo tudo para vir trabalhar aqui na fonte, até anoitecer e no fim ninguém me paga, mas eu continuo a trabalhar, fazendo este esforço todo para facilitar a vida das pessoas, para que não lhes falte água. Todavia o pior é que as pessoas não valorizam este esforço”, desabafou constrangida, Cristina Magaia.

Outra entrevistada foi Silvina Albino Boca, natural de Magude e residente no distrito de Marracuene, que afirmou: “o grande problema que existe aqui neste bairro é o desprezo pelas mulheres que cuidam da fonte. Nós não respeitamos e isso parte da própria mulher porque diz que nenhuma mulher deve dar ordens nem mandar contribuir nenhum dinheiro porque não tem autoridade para isso. Isso é muito mau porque toda a mulher tem os seus afazeres em casa e se ela vem ficar aqui, não é porque ela é maluca, ela vem trabalhar para todos nós”.

As informações dadas por estas duas informadoras são substancialmente as mesmas, os problemas que elas apresentam são idênticos e estão relacionados com a falta de colaboração por parte dos utilizadores da fonte. Como nos referimos acima, o problema da “falta de respeito” por parte das mulheres que não contribuem para a manutenção das fontes, pode estar associado ao facto dessas mulheres não terem como pagar, e a “transgressão” pode constituir uma estratégia para continuarem a ter o acesso à água sem pagar.

Não foi possível falar com nenhum homem, nem com os do grupo de manutenção porque não se encontravam lá. Com efeito, nessa altura, apenas tivemos acesso às mulheres, uma das quais do “grupo de animação”, afecta ao Estaleiro Provincial de Água Rural, e que tem a tarefa de mobilizar as comunidades para trabalharem na fonte, encarregar-se pela formação e fazer a supervisão do trabalho realizado pelo grupo de manutenção. Raquel²², que nos acompanhou na primeira fase de recolha de dados falou do seu trabalho e disse-nos que o mesmo não estava a andar bem porque lhe faltavam meios para se deslocar ao campo. Segundo ela, quando foi concebido o programa, a ideia era pôr em contacto o grupo de animadores e a comunidade, e este grupo devia fazer pelo menos três visitas de campo, durante o processo da montagem da fonte e para o acompanhamento do trabalho;

²² A Sra. Raquel faz parte do grupo das animadoras, afecta ao Estaleiro Provincial de Água Rural.

porém, não lhe é possível fazer essas viagens por falta de meios para se deslocar ao campo, tendo feito apenas a primeira viagem, para fazer a mobilização.

Outra entrevistada foi Angélica Ndlalane, no bairro de Matalane. Esta, ao contrário das restantes, participou na montagem da fonte de água no seu bairro e contou como foi o processo todo: “Veio cá uma brigada de trabalhadores da empresa Água Rural, e convocaram uma reunião com todos os moradores do bairro. Disseram-nos que queriam abrir uma fonte de água e que precisavam da nossa ajuda. A população do bairro ficou muito contente, porque não havia água perto, percorríamos grandes distâncias à procura de água, mas agora já temos uma fonte perto de casa”.

Perguntamos qual era a sua tarefa do dia-a-dia, ao que ela respondeu: “Eu tenho machamba, e vivo dela. Produzo milho, feijão nhemba, mandioca, amendoim e hortaliças. Uma parte dos produtos vendo no mercado que é para poder ter dinheiro para as outras necessidades. Por exemplo, a fonte de água tinha avariado e era necessário contribuir para a reparação, e como muitas pessoas negam pagar, os poucos que contribuíram tiveram que dar 56 contos. Isso é muito dinheiro para quem não trabalha”.

As entrevistas acima efectuadas suscitaram-nos a seguinte pergunta: porque é que apenas as mulheres é que estão envolvidas em trabalhos comunitários, sem nenhuma remuneração? Ao se conceber o programa não foi prevista a possibilidade de recompensar as pessoas que iriam fazer a gestão das fontes? O envolvimento de mulheres em trabalhos não remunerados não será mais uma maneira de sobrecarregá-las e de contribuir para o seu afastamento dos processos produtivos que poderiam trazer alguma remuneração para si e para a sua família?

3. Organização e Conflito na Gestão das Fontes de Água

Na segunda fase da recolha de dados trabalhamos em três quarteirões, que estão no mesmo Círculo e portanto sob responsabilidade das mesmas estruturas do bairro, onde encontramos uma situação completamente diferente da primeira. O GOM já era constituído

maioritariamente por homens e as perguntas feitas na primeira fase serviram também para a segunda pois completariam os dados recolhidos inicialmente.

Começamos por questionar como era feita a divisão do trabalho em casa, na comunidade e na manutenção de fontes de abastecimento de água. Fizeram-se entrevistas separadas a mulheres e homens sobre as suas actividades do dia-a-dia e obtivemos a seguinte informação:

Actividades das mulheres	Actividades dos homens
<ul style="list-style-type: none"> • confeccionar alimentos • buscar água • cuidar das crianças • trabalhar na machamba • lavar roupa • vender produtos da machamba 	<ul style="list-style-type: none"> • trabalho assalariado em obras de construção; • trabalho na machamba familiar; • trabalho na pesca; • comercialização de produtos agrícolas e pescado
Trabalho comunitário	Trabalho comunitário
<ul style="list-style-type: none"> • participação em cerimónias familiares; • participação em funerais, missas; • participação nas reuniões do bairro; • participação nos trabalhos de limpeza das fontes. 	<ul style="list-style-type: none"> • participação em cerimónias familiares; • participação na manutenção e gestão das fontes de abastecimento de água; • participação em reuniões do bairro


Tal como na maioria dos países em desenvolvimento e em particular nos países africanos, este quadro mostra que as mulheres estão envolvidas em muitas tarefas no seu dia-a-dia e se observarmos bem, quase todas estas tarefas não trazem rendimentos monetários, diferentemente das realizadas pelos homens.

As mulheres entrevistadas nos três quarteirões do bairro Mincanhine têm idades compreendidas entre os 20 e 45 anos, contudo as que fazem parte do GOM são as mais velhas. Grande parte destas mulheres são casadas, embora muitas tivessem dito serem solteiras, vivendo com um homem e com filhos. A maioria destas mulheres não foi à escola

e nos casos das mulheres escolarizadas, as suas habilitações são baixas, indo da primeira a quinta classes.

O baixo nível de escolaridade é explicado pela debilidade das condições económicas das famílias, que não permitiam a toda a família estudar e muito menos frequentar níveis mais elevados.

Soubemos ainda que as pessoas que fazem parte do GOM são seleccionados na comunidade, entre as pessoas que manifestem essa vontade. Porém, estes devem ter conhecimentos de mecânica ou de trabalhos como latoeiros. Mas, caso não seja possível encontrar pessoas com esses conhecimentos, a escolha é feita entre os que se mostram interessados e sobretudo os que sejam da confiança de toda a comunidade. Estes são depois submetidos a uma curta formação na matéria, a qual é facilitada pelos membros do EPAR.



De entre todas as entrevistas, as realizadas com os utilizadores são as que despertaram mais a nossa atenção para alguns aspectos relacionados com a gestão das fontes. Foi apresentada uma série de problemas que tem sido fonte de conflitos entre os vários utilizadores, entre os utilizadores e o GOM e entre os utilizadores e as estruturas do bairro.

De acordo com os entrevistados, os conflitos existentes na gestão das fontes de abastecimento de água surgem a partir do momento em que alguns utilizadores se recusam a fazer as contribuições mensais destinadas à manutenção das fontes, alegadamente por falta de transparência na aplicação e pelo facto de não serem informados sobre o destino do dinheiro contribuído.

Para compreender o que se estava a passar naquela comunidade contactamos com os GOMs do bairro. Soubemos através destes (que dizem apenas recolher o dinheiro) que o dinheiro das contribuições é “depositado” no círculo, junto às estruturas do bairro que depois se responsabilizam pela sua gestão. Informaram-nos ainda que as suas tarefas se limitam à recolha do dinheiro das contribuições, ao controlo dos contribuintes e também do horário da abertura e encerramento das torneiras; também cuidam da limpeza à volta da

fonte, apesar de termos observado que esta é feita pelas mulheres, a mando dos membros do GOM.

Questionados sobre os conflitos referidos pela população, estes limitaram-se a dizer que “as pessoas falam muito porque não querem contribuir, todos querem ter água de borla”, e no entanto, acabaram por não dizer qual era a verdadeira causa dos conflitos.

Contactamos depois as estruturas do bairro e falamos com o secretário do bairro. Este não deu nenhuma explicação sobre os conflitos existentes, tendo-se limitado a dizer que o dinheiro era recolhido e gerido a nível do GOM, o que entra em contradição com a informação dada pelo GOM.

O problema reside em não se saber ao certo quem é responsável pelo dinheiro das contribuições e o que é feito desse dinheiro, pois as estruturas do bairro e o GOM limitam-se a responsabilizar um ao outro.

Como se pode ver, a inclusão de mulheres na gestão comunitária das fontes de água está longe de ser pacífica e as práticas revelam que nem sempre este processo as beneficia. Por outro lado, a própria gestão comunitária deste recurso é uma prática nova, que decorre num clima tenso e pleno de contradições. Considerando o quadro teórico que serve de referência a este trabalho e os dados empíricos recolhidos, discutiremos na III parte deste projecto a problemática e a metodologia que consideramos mais adequadas à pesquisa.

III Parte

1. Qual é a situação das mulheres gestoras de fontes de abastecimento de água?

Num contexto sócio-antropológico, a problemática das desigualdades de género emerge com a antropologia feminista, onde se procura analisar as lógicas de produção e de reprodução dos mecanismos de dominação masculina, ao mesmo tempo que se contesta essa dominação (Mannathoko: 1992:72). Esta perspectiva, que toma em consideração tanto a maneira como as assimetrias de género se apresentam, como o sentido que é dado às mesmas, é central para a abordagem teórica que propomos neste trabalho.

Ao integrar-se a componente de género nos programas de desenvolvimento comunitário para aumentar o abastecimento de água, tinha-se em vista melhorar a condição económica, política e social das mulheres. Contudo, este objectivo não está sendo bem sucedido e uma das primeiras constatações é que, apesar do programa estabelecer que deve haver em cada fontenário 50% de mulheres a controlar o seu funcionamento e a fazer a sua gestão, durante o trabalho de terreno verificamos que existe um maior número de homens nos vários grupos de trabalho responsáveis pela manutenção e controle das fontes de água, e pela recolha de contribuições. Sobre este aspecto, temos o caso de uma das mulheres que entrevistamos e que fazia parte do GOM e enfrentava problemas com a recolha das contribuições (cinco mil meticais mensais), com as quais seria aberta uma conta em nome da comunidade, para se fazer a manutenção da fonte. Mais tarde, soubemos que essa senhora já não fazia parte do GOM, pois não conseguiu o apoio da comunidade. No entanto, tinham sido integradas outras pessoas nos GOM, maioritariamente do sexo masculino.

Este exemplo ilustra um dos processos através dos quais as mulheres são afastadas da gestão e do controle das fontes de água. Numa comunidade dominada por valores do patriarcado, muitas vezes as mulheres são excluídas dos processos de tomada de decisão na comunidade embora esta exclusão se possa revestir de diferentes formas, em relação às quais importa identificar e compreender as lógicas. É esse processo de exclusão, posto em

prática localmente apesar das orientaçã do PNA, que nos propomos interrogar: que barreiras encontram as mulheres que participam no GOM, para levar adiante as suas tarefas? Como é que o exercício dessas funções afecta a sua situação económica e social e o seu estatuto na comunidade? Como é que as medidas de exclusão das mulheres, p.e., a diminuição do seu número no GOM, é justificada pela comunidade e pelas autoridades locais? Dada a situação de tensão e de conflito, resultante da obrigatoriedade de contribuir para a manutenção e limpeza da fonte, como é percebido o desempenho das mulheres? E por que razão a população começa a contribuir quando se altera a composição do GOM, apesar de continuar a não saber o que é feito do dinheiro das contribuições?

Por outro lado, como é que as próprias mulheres fazem ou faziam parte do GOM, sentiam a sua participação? A decisão de aceitar esse trabalho fazia parte de uma estratégia pessoal e/ou familiar para aumentar o seu prestígio ou ter acesso a outros recursos? Que estratégias de actuação face aos obstáculos encontrados? Quanto a nós esta dimensão é indispensável nesta pesquisa, pois toma as mulheres como agentes activos, e não como vítimas passivas da discriminação de género.

Um outro tipo de questionamento tem a ver com a actuação e o papel desempenhado pelas entidades responsáveis pelo programa, neste caso o PNA. Tomando em conta que nas zonas rurais, quem mais está ligado ao abastecimento de água na família são as mulheres e considerando que estas não têm meios de suportar as despesas com a água, em que medida a PNA contribui para promover as mulheres como pretendia o governo? Não estará a PNA a contribuir para o afastamento ainda mais das mulheres dos processos de desenvolvimento? Por que razão as mulheres estão envolvidas em programas que não geram rendimentos, se o que se pretende é fazer com que tenham acesso e controle a recursos, por serem as mais desfavorecidas? Por outro lado se, de acordo com os depoimentos, o abastecimento de água não constituía uma prioridade para a população de Marracuene, como se poderá esperar que o envolvimento das mulheres na manutenção de fontes possa aumentar o seu prestígio perante a comunidade? Não será mais uma maneira de continuar a deixar as mulheres fora do processo de desenvolvimento?

Com base nos dados disponíveis, pensamos ser este caso mais um exemplo de um programa de desenvolvimento em cuja concepção e execução não foi envolvida a comunidade. Do mesmo modo, a integração da componente de género não foi suficientemente pensada nem discutida, mas simplesmente cumprida porque assim o determinavam as directivas centrais. O programa deve ir de encontro às necessidades da população e deve despertar interesse para os beneficiários senão, por mais que se diga que se está a considerar a componente de género, que se está a dar oportunidade às mulheres de participarem na tomada de decisão, os problemas persistem: envolvem-se as mulheres em tarefas de pouca importância, o que continua sendo contra a igualdade do género e contra o desenvolvimento equilibrado entre mulheres e homens.

2. HIPÓTESES

Em face da problemática acima discutida e com base no material empírico disponível, levantamos algumas hipóteses que orientarão o nosso estudo:

a) as comunidades não valorizam ainda os trabalhos realizados pela mulher como se pode constatar pela divisão sexual do trabalho presente localmente; assim, quando a manutenção e gestão das fontes são identificadas como trabalhos femininos, as populações desvalorizam-nos e não os reconhecem como serviços de utilidade comum.

b) os trabalhos comunitários, sobretudo quando não são remunerados, são vistos como actividades marginais; uma vez que pela divisão do trabalho são os homens que desempenham as actividades remuneradas, o facto de não se receber um salário pelo trabalho no GOM confirma a percepção de que se trata de um trabalho feminino;

c) em vez de prestigiar e de melhorar a situação económica e o estatuto das mulheres, este tipo de envolvimento na manutenção e gestão das fontes de água constitui mais um encargo, visto que, para além de cuidar da fonte, elas têm as suas tarefas domésticas; trata-se na realidade de mais um acréscimo de horas de trabalho, sem que se aumente o valor social da mulher: as mulheres do GOM não são respeitadas, apesar de trabalharem para o bem da comunidade, zelando pelo funcionamento da fonte;

d) as mulheres contribuem de um certo modo para a sua própria discriminação, a partir do momento em que não respeitam e nem valorizam o trabalho realizado por outras mulheres. O facto de se recusarem a contribuir para a manutenção das fontes é disso exemplo;

e) o facto das mulheres não respeitarem as outras que fazem a manutenção, longe de ser uma falta de respeito, pode estar aliada ao facto de se recusarem a pagar por um serviço para o qual não se veja a necessidade de contribuições mensais. As pessoas entrevistadas mostram uma falta de confiança nos responsáveis do GOM pois não sabem o que é feito do dinheiro que contribuem todos os meses;

f) as mulheres não contribuem para a manutenção das fontes porque não têm acesso e controle sobre recursos. Grande parte das mulheres entrevistadas têm como meio de sobrevivência as machambas familiares o que não permite muitas vezes produzir excedentes para a venda.

3. METODOLOGIA

A metodologia que propomos para a realização deste trabalho, tem em consideração o quadro de análise proposto e a avaliação dos métodos utilizados para o pré-inquérito.

Pelo objectivo do trabalho que é procurar analisar o impacto sócio-económico da introdução da componente de género nos programa de gestão e manutenção de fontes de abastecimento de água no distrito de Marracuene, foi seleccionado de forma aleatória para o pré inquérito um grupo de utentes que se encontrava no local, membros dos GOM e as estruturas do bairro, visto que não era possível encontrar todos os informantes-chave inicialmente previstos, como é o caso do CAS.

Nas entrevistas procuramos saber qual era a posição ocupada pelas mulheres no programa. Foi necessário fazer investigações principalmente nas questões ligadas ao papel das mulheres na família e na comunidade e no programa de gestão e manutenção de fontes de água e na divisão sexual do trabalho. Interessou-nos também saber como é que era feita a

selecção das pessoas que formam o Grupo de Manutenção e como é que este grupo se organiza para a realização das suas tarefas. Procuramos também conhecer que tipo de benefícios estes grupos tinham, particularmente as mulheres que nele participam, uma vez que o programa visa o melhoramento das condições das mulheres.

Para além destes informadores, entrevistamos também os responsáveis ligados ao Programa Nacional de Água Rural, junto de quem se procurou conhecer mais sobre as políticas de concepção do projecto e as dificuldades práticas e de execução. Sobre este último aspecto, foi importante o trabalho que realizamos com as animadoras do programa, ligadas ao Estaleiro Provincial de Água Rural.

Paralelamente, fizemos também um estudo prévio dos documentos oficiais produzidos no âmbito dos programas de manutenção de fontes de água e saneamento, com a integração da componente género e o seu impacto nas comunidades. Consultamos igualmente os documentos da Conferência de Beijing, nomeadamente a Plataforma de Beijing, relativos à necessidade de eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, e que serviram de base para a concepção de políticas de género no país, sobretudo neste sector. Fizemos a revisão da literatura referente às teorias sobre o género e sexo e também sobre a divisão do trabalho, conceitos úteis para a compreensão da problemática em estudo.

No trabalho de terreno privilegiamos duas técnicas na recolha de dados: as entrevistas semi-abertas e a observação. As entrevistas semi-abertas são por nós consideradas como as opções mais adequadas, porque permitem aos informadores uma maior liberdade de falar de si e da situação presente localmente, tornando-se deste modo mais fácil perceber as suas representações das actividades realizadas e deste modo os problemas, aliás, como também diz Madureira Pinto, (1990) quanto maior for a liberdade deixada aos intervenientes na entrevista mais profunda e mais rica será a informação recolhida. Porém, esta é uma informação subjectiva, que deve ser confrontada com a dos outros informadores da comunidade, daí a razão de se ter procurado variar os informadores.

Privilegiamos também a observação participante, como método da Antropologia pois consideramos ser muito importante confrontar os dados narrados com os factos observados.

Segundo Morris Zelditch (1962), citado por Firmino da Costa²³, a observação directa participante e continuada, incluindo a conversa e a entrevista informais, é a técnica mais adequada para a captação de acontecimentos, práticas e narrativas.

Porém, apesar destas informações serem importantes por serem dados primários, Iturra (1977 e 1985d), citado por Iturra²⁴, diz que é preciso ter muito cuidado com as informações dadas pois a tendência de um investigador de campo que participa na vida da população que estuda é a de acreditar no que as pessoas dizem. Portanto, de acordo com Iturra, deve-se confrontar o que se diz e o que se faz, pois isto constitui um ponto de partida para o conhecimento da realidade, através da posterior observação das actividades que o investigador irá fazer.

Os dados das entrevistas permitiram-nos ter um panorama geral da situação das mulheres gestoras de fontes de abastecimento de água, as dificuldades que elas enfrentam e como procuram resolver os conflitos da sua comunidade.

4.Observações Finais

Estas observações são referentes apenas ao pré-inquérito, podendo servir de base para um futuro estudo mais aprofundado sobre a participação das mulheres na gestão de fontes de abastecimento de água.

Pelas observações feitas no terreno pudemos constatar que embora tenha sido manifestado o interesse do governo pela participação de mulheres em programas de desenvolvimento, na prática, não há evidências sobre as estratégias que facilitem a efectiva participação e melhoria das mulheres na manutenção e gestão das fontes de água. A sua participação ainda constitui uma realidade longe de ser alcançada, pelo menos nas zonas rurais, a menos que se faça um trabalho profundo de sensibilização a nível das comunidades e que os

²³ António Firmino da Costa, *A pesquisa de terreno em Sociologia*, in: Santos Silva, J. Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1986, pp 140.

²⁴ Raúl Iturra, *Trabalho de campo e observação participante em antropologia*, in Madureira Pinto (orgs.), (1986) pp. 155-156.

planificadores e implementadores dos projectos tomem sempre em consideração as questões de género.

Os factos observados mostram que:

- Há mais homens do que mulheres envolvidos na gestão das fontes de água;
- O dinheiro destinado à manutenção das fontes é controlado apenas pelos homens;
- Nos GOMs mulheres e homens não participam efectivamente na tomada de decisões sobre questões relacionados com a gestão das fontes de água e na comunidade.

Isto mostra que embora houvesse uma intenção de se estabelecer as igualdades de género, ainda persistem os valores culturais marcados pela dominação masculina.

As respostas apresentadas para as razões do afastamento das mulheres dos programas de gestão das fontes de abastecimento de água, foram divergentes pois, por um lado, está a população que diz que as mulheres se afastaram porque o seu trabalho não era valorizado e nem sequer encontravam apoio por parte das estruturas do bairro, razão pela qual não era possível dirigir o programa com sucesso; por outro lado, estão os homens do Grupo de Operação e Manutenção e as estruturas do bairro que são unânimes em dizer que as mulheres afastaram-se do programa por não quererem assumir qualquer compromisso.

Um facto interessante é que, enquanto se encontravam mulheres a fazer a gestão do programa, eram só elas e não um grupo misto como previa o programa do governo. O programa não estava a ter sucessos e mesmo assim não havia a intervenção das autoridades do bairro. Neste momento, o programa está a ser gerido por homens, embora haja também mulheres em número muito reduzido, o programa começou a ter uma outra "face", pois a população já contribui com algum dinheiro para a manutenção da fonte, apesar de o fazer com alguma relutância.

Perante esta situação, colocamos a seguinte questão: será que as mulheres são más gestoras ou será que os homens aproveitam-se de qualquer oportunidade para monopolizar os espaços de tomada de decisão, afastando deste modo as mulheres?

Esta é uma pergunta que poderá merecer um posterior estudo na medida em que é importante conceber programas de desenvolvimento com abordagens sensíveis ao género, como forma de minimizar a discriminação e as desigualdades entre mulheres e homens.

Lista de Abreviaturas

- ACAV- Associazone Centro Aiuti Volontari
- ACNUR- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
- BA- Brigada de Animação
- CAS- Comité da Água e Saúde
- CR- Constituição da República
- DAR- Departamento de Água Rural
- DD- Direcção Distrital
- DNA- Direcção Nacional de Águas
- DPOPH- Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação
- DPS- Departamento de Água e saneamento
- EPAR- Estaleiro Provincial de Água Rural
- EP1e2- Ensino primário do 1º e 2º Graus
- FAO- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
- GOM- Grupo de Operação e Manutenção
- IDH- Índice de Desenvolvimento Humano
- IDS- Índice de Desenvolvimento Ajustado aos Sexos
- INE- Instituto nacional de Estatística
- OMM- Organização da Mulher Moçambicana
- ONG- Organização Não Governamental
- PA- Posto Administrativo
- PMA- Programa Mundial de Alimentos
- PNA- Política Nacional de Água
- PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PRONAR- Programa Nacional de Água Rural
- PTAR- Plano de Transição de Água Rural
- RDH- Relatório de Desenvolvimento Humano
- TVM- Televisão de Moçambique

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Alcinda de & SALOMÃO, Angélica. A mulher no caminho da democracia. In MAZULA, Brazão. MOÇAMBIQUE: Eleições, Democracia e desenvolvimento. Maputo, 1995.

ALMEIDA, Ana Nunes de. Trabalho feminino e estratégias familiares. In: Análise social. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa 21, 1985-1 pp.7-44.

ALMEIDA, João Ferreira & PINTO, José Madureira. A investigação nas Ciências Sociais, Lisboa, Editorial Presença, 1990, pp. 101-106.

AMÂNCIO, Lígia. As assimetrias nas representações de género. In: Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra, Centro de Estudos Sociais (34) Fevereiro, 1982 pp. 9-22.

ARNFRED, Signe. Femmes et modernisation au Mozambique. In: Politique Africaine. Paris Karthala (38) Juin 1990 pp.142-147.

ARTHUR, Maria José. Políticas da Desigualdade? Primeiros Elementos para uma Avaliação das Políticas e Programas de Género do Governo e ONGs Após Beijing, 1995-1999. Relatório Final. Fórum Mulher, Maputo, 2000.

AZEVEDO, Licínio de. A guerra da Água. Ébano Multimédia, 1998 (Filme)

BATEZAT, Elinor and MWALO, Margaret. Women in Zimbabwe, Harare: SAPES, 1989 IV.

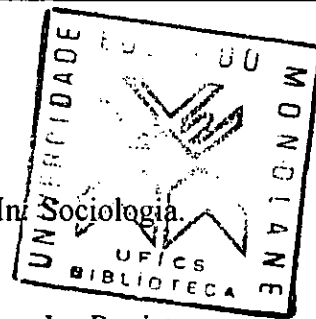
BELEZA, Teresa Pizarro. Legítima defesa e género feminino: paradoxos da "feminist jurisprudence"? In: Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra: Centro de Estudos Sociais (31) Março, 1991, pp.143-159.

BOYDELL, Victoria J. Small scale private involvement in water-supply provision in Tanzania. In: International journal of appropriate technologies for water supply and sanitation. Waterlines vol. 18 N°1. Quarterly, July 1999 pp.9-13

CASIMIRO, Isabel & ANDRADE, Ximena. Construindo uma teoria de género em Moçambique - In: Estudos moçambicanos 11/12, CEA, 1992, pp.97-110

s/a Estudos da situação de género em Nampula, com o apoio da Embaixada do Reino dos Países Baixos, Outubro 1998.

COWATER INTERNATIONAL Inc. Estudo de Disposições Institucionais para os Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento Rural em Moçambique. Relatório Final, Maputo, 1997.



- FERREIRA, J. M. Carvalho, et all.** Questões Centrais Da Desigualdade. In: *Sociologia.* Lisboa, Editora McGraw-Hill, 1995.
- FERREIRA, Virgínia.** Mulheres, família e trabalho doméstico no capitalismo, In: Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra: Centro de Estudos Sociais (6) de Maio 1981 pp.47-86
- FERREIRA, Virgínia.** Estudos sobre a mulher. In: Revista Crítica de Ciências sociais. Coimbra, centro de estudos Sociais (13) Fevereiro, 1984.
- GWEN, Chibuye I.** Gender perspectives of the sector. In: Water Sector News, nº 4, 1996 pp.5-6
- GRAVITZ, Madeleine.** Methodes en sciences sociales. Paris: Daloz 1986.
- GURVITCH, G.** Comunidade. In: BIROU, Alain Dicionário de Ciências Sociais, Lisboa 1982, pp.76
- HEILBORN, Maria Luiza.** Género e condição feminina: uma abordagem antropológica. in: mulher e políticas públicas. IBAM/UNICEF Programa promoção da mulher, 1990, pp.23-37.
- HILL, Philippa, (ed.).** Abstract on woman, water and sanitation - Index femconsult newsletter: Men, women and water participatory Approaches in water Management, 1998.
- IMAN, Ayesha M.** Pondo o género nas Ciências Sociais Africanas: Um Ensaio Introdutório. (In: Ayesha Iman; Amina Mama & Fatou Sow (eds.), Engendering African Social Sciences, CODESRIA, Dakar), 1997.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA.** II Recenseamento Geral da População e Habitação: Indicadores sócio- Demográficos, 1997.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA.** Mulheres chefes de Agregados familiares em Maputo Cidade: Cifras e Realidades, Censo 1997, série: Estudos, nº 4, 1997
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA.** II Recenseamento Geral da População e Habitação, Resultados Definitivos, 1997.
- ITURRA, Raúl.** Trabalho de campo e observação participante em Antropologia, In: Santos Silva, J. Madureira Pinto (orgs.), Metodologia das Ciências Sociais, Porto, Edições Afrontamento, 1986, pp. 129-148
- KARL, Marilee.** Women and Empowerment - Participation in Decision-Making. Zed Books LTD, New Jersey, 1996.

KLOECK-Jenson & WATERHOUSE, Rachel. (1998) Seminário sobre Relações de género, posse de terra e as comunidades locais (Brochura) UEM, Maputo, Outubro, 1998.

LAGERWEIJ, Inge and VULTO, Cees. Implementing a participatory, gender-based approach in Baluchistan. In: International journal of appropriate technologies for water supply and sanitation. Waterlines vol. 18 N°1. Quarterly, July 1999 pp. 5-8.

LOFORTE, Ana Maria. Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique- Dissertação elaborada para obtenção do grau de Doutor em Antropologia. Lisboa, 1996.

MAHAPATRA, Dr. Krishna. Towards Empowerment: Women Mobilizer in the community water supply and sanitation programme in Nepal. In: waterfront, issue 9, 1996 pp. 12-13; 18-19

MBILINYI, D.A.S. and OMARI, C.K. (eds) Gender relations and women's images in the media. Dar Es Salaam: Dar Es Salaam University Press, 1996 C XIV pp. 1-31.

MEENA, Ruth (ed) Gender in Southern Africa: Conceptual and theoretical issues. Harare: sapes' Book, 1992.

MICAS. Plano de Acção. Do Governo Pós-Beijing (1997-2000), Maputo, Outubro, 1996.

MIES, Maria and SHIVA, Vandana. Ecofeminismo. Halifax; London: Fernwood; Zed, 1993

MINISTRY FOR FOREIGN AFFAIRS. Looking at Gender, water supply and sanitation, FINNIDA, Helsinki, 1994.

MOORE, Henrietta L. Antropología y Feminismo, Ediciones Cátedra, S.A, Madrid. 1999.

PATEMAN, Carole. O contrato sexual no Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 1997.

PNUD. Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano, 1998.

PRONAR. Manual de instalação e manutenção da bomba manual, Maputo, 1995

QUIVY, Raymond & CAMPENHOUD, Luc Van. Manual de investigação em ciências sociais. Lisboa: Gradiva, 1992.

SCOTT, Joan. Género: uma categoria útil para análise histórica. Versão traduzida do título original Gender: An useful category of Historical analyses. Gender and the politics of History. New York. Columbia University Press, 1989.

SEIDLER, Victor (ed). Man, sex and relationships: writings from Achilles Hell. London: Routledge, 1992, IV.

- SILVA, António Santos e PINTO, José Madureira.** (orgs.) Metodologia das ciências sociais. Porto, Edições Afrontamento, 1986.
- SILVA, Terezinha & MAMAN, Amida.** Participação da Mulheres no Programa de Reabilitação de Estradas Rurais em Moçambique, Fórum Mulheres, Maputo, Abril de 1996
- SILVA, Terezinha da.** Género e Cultura em Moçambique, UNESCO Maio, 1997
- SILVA, Terezinha da & MAMAN, Amida.** Relatório do Curso de Género e desenvolvimento no CFE, Chimoio, 16 a 20 de junho de 1997.
- THOMAS, Helen; SCHALKWYK, Johanna; & WORONIUK, Beth.** A Gender Perspective in the Water Resources Management Sector. (Handbook for Mainstreaming). Stockolm, Sweden, Sida's Departement for Natural Resources and the Environment, Publications on Water Resources: N°6 , 1996.
- TSEMO, Sihaka.** Direitos e papel da mulher africana no contexto político-jurídico tradicional: Evolução e perspectivas; In: Estudos Moçambicanos 11/12 CEA, 1992, pp.185-210.
- TURSHEN, Meredith and HOLCOMB, Briavel** (eds). Women's lives and public policy: the international experience. West port: Greenwood, 1993, XIX
- "Two halves make a whole" A divisão do trabalho na base de género. (s/d; s/a)
- UNIVERSITY OF STOCKOLM.** Gender, Rural Development, and Aquaculture in Southern Africa: Factors influencing the representational involvement of women. Paper presented at a technical consultation on Aquaculture in Rural Development, Lusaka, Zambia, 27-30 October, 1987.
- VALÁ, SALIM.** Desenvolvimento Rural e a perspectiva do género. In: "Os imperativos da participação comunitária no desenvolvimento rural"- artigo publicado no jornal DOMINGO, 11/01/98, nº 833, p.18
- VAN DER Oever-Pereira.** Programmes de travaux publics et distribution du temps de travail des femmes: le cas de Burkina faso , 1984.
- VASCONCELLOS, A. de Vale E.** salários e discriminação sexual no emprego: uma perspectiva histórica. In: Cadernos de Ciências Sociais. Porto: Afrontamento (3) Julho. 1985, pp. 117-131.
- VIJFHUIZEN, Carin.** Género nos contextos rurais e agrários em Moçambique. Faculdade de agronomia e Engenharia Florestal- Departamento de Produção e Protecção Vegetal 1999.

WIJK, Christine Van and FRANCIS, Jennifer. Global Trends in Gender and Demand Responsive Water Supply, Sanitation and Hygiene. UNESCO Regional Workshop on women's participation in water Management, Pretoria, South Africa 24-26 November,1997.

ANEXO 1

Lista dos entrevistados

1. Amélia Zunguze
2. Angélica Ndlhalane
3. Beatriz Sumburane
4. Cacilda : Direcção Nacional de Águas
5. Cacilda Adriano Chavane
6. Cecília Funzamo: GOM
7. Celestino Mucavele
8. Célia Muchanga
9. Cristina Magaia
10. Elina Chilaule
11. Helena: EPAR
12. Inácio Chilengue: PRONAR/DAR
13. Irene Moisés
14. Jaime Matsinhe : Direcção Nacional de Águas
15. Joaquim Eduardo Magaia: Secretário do Bairro
16. Lúcia Armando: GOM
17. Luísa Chongo
18. Maria Matavel
19. Maria Tsambe
20. Marília Boquiço
21. Mário António Macamo: GOM
22. Olinda Mucambe
23. Raquel: EPAR
24. Roda Moiane
25. Rogério Zibia: GOM
26. Rosa: EPAR
27. Silva Chirindza: GOM
28. Silvina Albino Boca
29. Sónia Mondlane
30. Zélia Cuna

Anexo 2



Manutenção de uma
fonte de água



Limpeza de
uma fonte de
água